

1 **Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 12, 13 e**
2 **14 de abril 2016 – Brasília-DF.**

3
4 No dia 13 de abril de 2016, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade, deu-se
5 início aos trabalhos da 48ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades
6 mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho.

7 **1.** O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Cláudio Trinchão, declarou abertos
8 os trabalhos e convidou para compor a mesa um integrante de cada segmento do
9 Conselho. **2.** O Ministro Gilberto Kassab saudou a todos os presentes e informou da
10 importância que o Conselho das Cidades tem para o aprimoramento das políticas
11 públicas. Kassab manifestou sua concordância e seu trabalho pela manutenção da
12 democracia e do governo para que se possam consolidar as políticas públicas e para dar
13 um exemplo ao mundo de uma democracia fortalecida. Agradeceu pelo envio da Moção
14 em favor da Democracia contra o Impeachment sem causa. **3.** A ata da 47ª Reunião foi
15 aprovada. **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES: 1.** Foi publicada a Resolução

16 Recomendada nº 185, de 17 de setembro de 2015, que “Recomenda, ao Ministério das
17 Cidades, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Ministério da
18 Fazenda, que garantam recursos e investimentos permanentes para planejamento,
19 manutenção, operação de sistemas de trens urbanos”. **2.** Foi publicada a Resolução
20 Recomendada nº 187, de 3 de dezembro de 2015, que “Referenda a aprovação do
21 Relatório Anual de Avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico de 2014”. **3.**
22 Foi encaminhada para o Gabinete do Ministro a Resolução Recomendada nº 188, de 03
23 de dezembro de 2015, que “Recomenda que sejam definidos procedimentos e
24 instrumentos para assegurar o controle social e a participação pública na fase de
25 elaboração e de gestão dos contratos de parceria público-privada que serão executados
26 com recursos do Governo Federal”. **4.** Foi encaminhada para o Gabinete do Ministro a
27 Resolução Administrativa nº 34, de 03 de dezembro de 2015 que “Recomenda a
28 constituição de comissão de trabalho para acompanhar, observar e recolher dados sobre
29 o desastre ocorrido nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo pelo rompimento da
30 barragem em Bento Rodrigues”. **5.** Foi encaminhada para o Gabinete do Ministro a
31 Resolução Normativa nº 20, de 03 de dezembro de 2015 que “Altera a Resolução que
32 originalmente aprovou o Regimento da 6ª Conferência na 47ª Reunião e foi novamente
33 alterada na Reunião Extraordinária”.

TEMA DE CONJUNTURA: Os conselheiros
34 debateram a atual crise política. **CALENDÁRIO:** A proposta do calendário das
35 reuniões do ano de 2016 do Conselho das Cidades foi apresentada ao Conselho. Foi
36 proposto realizar a Reunião da Coordenação da 6ª CNC e comissões no dia 31 de maio;
37 Reunião do Conselho das Cidades nos dias 1 e 2 de junho; e Grupo de Trabalho Habitat
38 III no dia 3 de junho. Depois de realizadas as modificações o calendário foi aprovado.

RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO: 1. Foi realizada uma
39 apresentação sobre o lançamento da terceira fase do Programa Minha Casa Minha Vida.
40 **2.** Foi realizada apresentação dos procedimentos de qualificação de propostas de
41 empresas junto ao FAR, e das entidades. Também foi acordada a necessidade de um
42 aprofundamento na depuração da análise de critérios a serem aplicados nas seleções de
43 entidades. **3.** Foi realizada uma apresentação sobre os aprimoramentos dos normativos
44 relativos à realocação das pessoas que estão sendo expulsas de unidades invadidas por
45 grupos ligados ao tráfico e milícias. **4.** Em seguida foi realizada uma apresentação sobre
46 o portal Minha Casa Minha Vida “www.minhacasaminhavida.gov.br”. Foi realizada
47 uma apresentação dos simuladores disponíveis no site da Secretaria de Habitação para a
48 obtenção de apoio ao financiamento pelo Programa Minha Casa Minha Vida no que se
49 refere à nova faixa 1,5 e à faixa 2. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
50

51 **SANEAMENTO AMBIENTAL. 1.** Foi realizado informe sobre a 10ª Reunião do
52 Grupo Técnico Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento do Plano
53 Nacional de Saneamento Básico. Nessa reunião foi aprovado o cronograma de avaliação
54 do plano referente ao ano de 2015 e os primeiros instrumentos de avaliação do plano,
55 questionários para pesquisar o andamento dentro das macrodiretrizes estratégicas no
56 Governo Federal e nos Estados brasileiros. **2.** Em relação ao segundo ponto de pauta foi
57 realizada uma apresentação do panorama da elaboração dos planos municipais de
58 saneamento básico. O resultado dessa pesquisa aponta que 27,8% dos municípios
59 brasileiros possuem os planos municipais de saneamento básico aprovados e 30,1%
60 estão com planos em elaboração. A meta do Plansab para 2018 é alcançar 32% dos
61 municípios brasileiros com Planos Municipais aprovados. **3.** No terceiro ponto de pauta
62 foram discutidas as ações necessárias para a elaboração dos Planos de Saneamento
63 Básico face ao Decreto 8.620, de 30 de dezembro 2015, que alterou o prazo exigido nos
64 manuais dos programas de investimento do Governo Federal para acesso aos recursos
65 federais. **4.** Foi realizado um balanço do PAC Saneamento. Em todo o Governo Federal
66 existem 92,2 bilhões de reais em contratos para obras de Saneamento dos quais 43,4
67 bilhões estão executados. Em relação ao Ministério das Cidades o valor é de 83,8
68 bilhões em empreendimentos sendo que, estão executados 39,2 bilhões de reais, no total
69 de 2.914 operações. **5.** Em relação ao ponto cinco da pauta tratou-se da discussão da
70 Resolução Recomendada nº 157 e houve um acordo para revisão dessa resolução. **6.** A
71 Secretaria de Vigilância e Saúde palestrou sobre doenças relacionadas à proliferação do
72 *aedes aegypti* destacando, em especial, a problemática da falta de saneamento e a
73 proliferação do mosquito. Desse assunto saíram dois encaminhamentos: realizar reunião
74 de trabalho para detalhar mais esse diagnóstico vinculando falta de saneamento com as
75 doenças decorrentes do *aedes aegypti*, e na sequência do diagnóstico propor critérios a
76 serem apresentados para os programas de investimento. O segundo encaminhamento do
77 Comitê foi a proposta como ponto de pauta do Conselho uma discussão mais
78 aprofundada dessa questão. **7.** Foi realizada apresentação sobre a Campanha da
79 Fraternidade Ecumênica de 2016 que discutiu a situação do Saneamento Básico em todo
80 o país. **8.** O ponto oito da pauta foi um informe sobre o Plano Plurianual 2016-2019 e a
81 Lei Orçamentaria Anual 2016 no que diz respeito aos programas de saneamento básico.

82 **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO: 1.** Foram realizados
83 informes: sobre o GT Conflitos; sobre a Medida Provisória nº 700, de 8 de dezembro de
84 2015, que trata da questão da desapropriação e de temas relacionados a questão de
85 indenização; sobre os Cadernos Técnicos dos Instrumentos do Estatuto da Cidade; e
86 sobre o acompanhamento das Resoluções da 5ª Conferência Nacional das Cidades. **2.**
87 Foi realizado esclarecimento sobre o Plano Plurianual 2016/2019, apresentação da Lei
88 Orçamentária Anual 2016 e a discussão das questões das regiões metropolitanas e do
89 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. **3.** Foi bastante discutida a revisão das
90 resoluções relacionadas a questões dos planos diretores participativos: Resolução nº 25
91 que trata da participação, Resolução nº 34 conteúdos mínimos, Resolução Recomendada
92 nº 22 e Resolução Recomendada nº 83. Além da questão do PEUC/IPTU progressivo.
93 Foi inserido na pauta o ponto sobre a Campanha da Função Social da Propriedade e, por
94 fim, foi realizada a definição da pauta da próxima reunião. **RELATO DO COMITÊ**
95 **TÉCNICO DE MOBILIDADE. 1.** O primeiro ponto de pauta foi o acompanhamento
96 das resoluções aprovadas na 5ª Conferência Nacional das Cidades no quesito das ações
97 de mobilidade. Houve preocupação com a eficácia das ações do Conselho e as ações do
98 próprio Ministério para que essas recomendações tivessem um resultado positivo.
99 Depois da discussão ficou designada a criação de um subgrupo de trabalho para
100 acompanhar essas ações. **2.** Foi realizado um debate sobre o PPA 2016-2019 e a

101 proposta orçamentária de 2016. O Secretário Nacional de Mobilidade Urbana depois de
102 responder a uma série de questionamentos ficou responsável por encaminhar aos
103 conselheiros informações mais detalhadas de obras de mobilidade em todo o país. **3.** O
104 terceiro ponto de pauta tratado foi a resolução de conteúdos mínimos dos Planos de
105 Mobilidade Urbana. **4.** O quarto ponto discutido foi o Grupo de Trabalho do Pacto da
106 Mobilidade. Depois de um longo debate foi verificado que um dos grandes problemas é
107 a falta de recursos cativos para o setor. **5.** Ao final foi realizada uma proposta de pauta
108 para a próxima reunião. **RESOLUÇÕES. 1.** Foi aprovada a Resolução Recomendada
109 que “Delibera que o Ministério das Cidades informe à Secretaria Especial do Programa
110 de Aceleração do Crescimento acerca do posicionamento do Conselho das Cidades pela
111 revogação da Portaria nº 280 de 25 de junho de 2013, do Ministério das Cidades, e
112 solicita análise sobre a não utilização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU)
113 em projetos de infraestrutura modelados a partir de Parcerias Público-Privadas (PPPs)
114 ou concessões.” **2.** Foi aprovada a Resolução que “Recomenda ao Ministério das
115 Cidades que faça gestão junto à Presidência da República para a revogação da Medida
116 Provisória nº 700/2016 e a submissão do tema ao Conselho das Cidades para que possa
117 ser construída a pactuação necessária”. **3.** O texto da Resolução que “Recomenda os
118 conteúdos mínimos dos Planos de Mobilidade Urbana previstos na Lei nº 12.587/2012”
119 foi aprovado, contudo a apreciação dos anexos foi adiada para a próxima reunião.
120 **MOÇÃO: 1.** Foi aprovada moção manifestando o posicionamento em favor da
121 Democracia contra o Impeachment sem causa. **2.** Foi aprovada moção a favor da
122 democracia e da institucionalidade do atual Governo. **ENCAMINHAMENTOS: 1.** Foi
123 proposta à Secretaria Executiva do Conselho das Cidades que seja emitido ato de
124 desincompatibilização de alguns Conselheiros para poderem participar das eleições
125 municipais de 2016. **ENCERRAMENTO.** O Secretário-Executivo do Conselho das
126 Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e deu por
127 encerrada a Reunião.